



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 05 de Fevereiro de 2021
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2051



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2367, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021.

“Estabelece normas regulamentares sobre o procedimento administrativo de apuração de infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados pelo Município de Monte Carmelo, sobre a aplicação de penalidades, e institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal – CADFILC”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar os procedimentos administrativos de apuração de infrações cometidas por licitantes e contratados, com a finalidade de uniformizar os métodos para aplicação de eventuais penalidades;

CONSIDERANDO que instituir e implantar o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal pode evitar prejuízos ao erário causados por empresas inidôneas;

CONSIDERANDO as implicações decorrentes dos princípios da moralidade pública, prevenção, precaução e indisponibilidade do interesse público;

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Do Âmbito de Aplicação e dos Princípios

Art. 1º Este Decreto estabelece normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Administração Pública Municipal, para apuração de infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados, para aplicação de sanções fundamentadas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, ou no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, e institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar – CADFILC.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto aplica-se também às contratações celebradas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, com fundamento nos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º Para os fins deste Decreto considera-se:

I - órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta e da Administração Indireta Municipal;

II - fornecedor: pessoa física ou jurídica participante de licitação, inclusive cotação eletrônica, realizada pela Administração Pública Municipal, e/ou que mantenha ou tenha mantido relação de fornecimento de bens ou prestação de serviços com a Administração Pública Municipal;

III - autoridade competente: agente público investido da competência de instaurar e decidir o procedimento administrativo; e

IV - comissão: órgão colegiado, composto de servidores designados por ato próprio, para exercer a função de instruir o procedimento administrativo para aplicação de sanções administrativas aos fornecedores.

Art. 3º Após o devido processo legal, comprovada a responsabilidade do fornecedor na inexecução contratual e/ou das cláusulas do certame licitatório, ser-lhe-á aplicada a penalidade adequada, prevista em lei, e segundo a natureza e a gravidade da falta e a relevância do interesse público atingido, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Seção II

Da Competência para a Apuração das Infrações Administrativas

Art. 4º A apuração de responsabilidade na inexecução parcial ou total de obrigações assumidas por fornecedor é de competência do(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda, que firmou relação contratual de fornecimento de bens ou prestação de serviços com o fornecedor inadimplente.

Art. 5º Compete ao Departamento de Licitação a apuração da responsabilidade dos licitantes durante a realização do certame por ele conduzido.

Parágrafo único. A apuração de responsabilidade das pessoas físicas e jurídicas que participem de cotação eletrônica realizada pelo Município de Monte Carmelo, para as aquisições de bens e serviços com fulcro no art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é de competência do Departamento de Licitação, desde que a infração seja cometida antes da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Seção I Do Início do Processo

Art. 6º O Presidente da Comissão de Licitação, o Pregoeiro ou o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, conforme o caso, enviará representação à autoridade competente sempre que verificar descumprimento das cláusulas contratuais ou cometimento de atos que visem fraudar os objetivos de licitação, contendo:

I - o relato da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;

II - a(s) cláusula(s) do instrumento convocatório ou do contrato infringida(s); e

III - os motivos que justificam a incidência de penalidade administrativa.

Art. 7º O processo administrativo será instaurado pela autoridade competente, devendo conter:

I - a identificação do processo administrativo original da licitação, ou do contrato, que supostamente tiveram suas regras e/ou cláusulas descumpridas pelo fornecedor;

II - a menção às disposições legais aplicáveis ao procedimento para apuração de responsabilidade;

III - a indicação da comissão de servidores que conduzirá o procedimento; e

IV - o prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão.

Seção II Da Comunicação dos Atos

Art. 8º O fornecedor deverá ser notificado dos despachos, decisões ou quaisquer outros atos que lhe facultem oportunidade de manifestação nos autos ou lhe imponham deveres, restrições ou sanções, bem como das decisões sobre quaisquer pretensões por ele formuladas.

§ 1º Em regra, a notificação far-se-á pelo correio, por carta registrada com Aviso de Recebimento – AR.

§ 2º Far-se-á notificação por edital, publicado no Diário Oficial do Município, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor ou seu representante se encontrar, ou quando frustrada a notificação de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 9º A notificação dos atos será dispensada quando:

I - praticados na presença do fornecedor ou do seu representante, ou;

II - quando algum destes revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente no procedimento.

Seção III Do Regime dos Prazos

Art. 10 Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento do órgão administrativo.

Art. 11 Na contagem de prazo em dias, computar-se-ão somente os dias úteis.

Art. 12 Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

§ 1º Os prazos fluirão a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento da notificação.

§ 2º Considerar-se-á prorrogado o prazo, até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente no órgão da Administração Pública responsável pelo procedimento ou este for encerrado antes da hora normal.

Art. 13 O procedimento administrativo deverá ser concluído em até 120 (cento e vinte) dias da sua instauração, salvo imposição de circunstâncias excepcionais.

Parágrafo único. A excepcionalidade a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser justificada pela comissão à autoridade competente, em até 5 (cinco) dias antes da expiração do prazo.

Seção IV Da Instrução

Art. 14 O fornecedor será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, no caso de aplicação de sanções previstas nos incisos I a III, do art. 20, deste Decreto.

§ 1º A notificação deverá conter:

I - identificação do fornecedor e da autoridade que instaurou o procedimento;

II - finalidade da notificação;

III - prazo e local para apresentação da defesa;

IV - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes; e

V - a informação sobre a continuidade do processo, independentemente da manifestação do fornecedor.

§ 2º As notificações serão nulas quando realizadas sem a observância das prescrições legais, mas a resposta do fornecedor suprirá sua irregularidade.

§ 3º No caso de aplicação da sanção prevista no inciso IV, *caput*, do art. 20 deste Decreto, o prazo para a defesa do fornecedor é de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

Art. 15 O desatendimento da notificação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia de direito pelo fornecedor.

Parágrafo único. No prosseguimento do feito, ser-lhe-á assegurado direito de ampla defesa.

Art. 16 O fornecedor poderá juntar documentos e pareceres, requerer providências, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1º Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas ou providências propostas pelo fornecedor quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 17 Ao fornecedor incumbirá provar os fatos e situações alegados, sem prejuízo da autoridade processante averiguar as situações indispensáveis à elucidação do caso e imprescindíveis à formação do seu convencimento.

Seção V Do Relatório

Art. 18 Finda a instrução, seguir-se-á o relatório, peça informativa e opinativa, que deverá conter o resumo do procedimento, sendo acrescido de proposta fundamentada de decisão.

§ 1º O relatório deverá ser apresentado pela comissão e encaminhado à Procuradoria Geral do Município para análise quanto aos aspectos de legalidade.

§ 2º Após a manifestação da Procuradoria Geral do Município os autos serão encaminhados à autoridade competente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do término da instrução.

Seção VI Da Decisão

Art. 19 O processo administrativo extingue-se-á com a decisão do(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda, contendo as razões fáticas e jurídicas que a fundamentam.

§ 1º Na decisão serão resolvidas as questões suscitadas no procedimento e que não tenham sido decididas em momento anterior.

§ 2º A autoridade proferirá a decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento do relatório.

CAPÍTULO III DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 20 Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes sanções:

I - advertência: comunicação formal ao fornecedor, indicando sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

II - multa: deverá ser prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato, observados os seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

b) 05% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º O valor da multa aplicada, nos termos do inciso II, será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes deste Decreto.

§ 3º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 4º A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública pelos seguintes prazos:

I - 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

II - 12 (doze) meses, nos casos de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

III - 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entrega, como verdadeira, de mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) prática de ato ilícito com a finalidade de frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública Municipal; ou

d) condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

§ 5º Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

I - não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados nos incisos do parágrafo anterior; ou

II - demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

§ 6º Na modalidade pregão, ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Monte Carmelo, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

Art. 21 A aplicação das sanções administrativas é de competência exclusiva do(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda.

Art. 22 A autoridade que aplicar as sanções estabelecidas no § 6º e

nos incisos III e IV, *caput*, do art. 20, determinará a publicação do extrato de sua decisão no Diário Oficial do Município, contendo:

I - nome ou razão social do fornecedor e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

II - sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento;

III - órgão ou entidade e autoridade que aplicou a sanção;

IV - número do processo; e

V - data da publicação.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 23 Dos atos da comissão instituída para condução do processo administrativo, cabe representação ao(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do ato, no caso de recusa de juntada de documentos ou pareceres e de realização de providências.

Art. 24 É facultado ao fornecedor interpor recurso ao Prefeito Municipal contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

Parágrafo único. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado à autoridade superior integrante do mesmo órgão ou entidade, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Art. 25 Do ato do(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda que aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade cabe pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

Art. 26 Nas licitações sob a modalidade “carta convite”, os prazos estabelecidos nos artigos 23 e 24, deste Decreto serão de 2 (dois) dias úteis.

Art. 27 Os recursos não terão efeito suspensivo.

CAPÍTULO V DO CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 Fica instituído o Cadastro de Fornecedoros Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal – CADFILC.

Parágrafo único. Compete ao Departamento de Licitação, órgão da Secretaria Municipal de Fazenda, organizar e manter o CADFILC, promovendo sua divulgação no sítio eletrônico www.montecarmelo.mg.gov.br.

Art. 29 Será incluída no CADFILC a pessoa física ou jurídica apenas com as sanções previstas no § 6º e nos incisos III e IV, *caput*, do art. 20 deste Decreto.

Parágrafo único. Será imediatamente incluído no CADFILC o fornecedor que, na data de entrada em vigor deste Decreto, esteja cumprindo penalidade prevista nos incisos III ou IV do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 30 Fica assegurado aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal o livre acesso ao CADFILC.

Art. 31 Os responsáveis pela realização de licitações no âmbito da Administração Pública Municipal consultarão o CADFILC em todas as fases do procedimento licitatório, tomando as providências necessárias para que sejam excluídas do certame as pessoas físicas ou jurídicas nele inscritas.

Parágrafo único. Os ordenadores de despesa deverão diligenciar para que não sejam firmados contratos com as pessoas físicas ou jurídicas inscritas no CADFILC, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 32 A Administração deverá rescindir unilateralmente os contratos com as pessoas físicas ou jurídicas penalizadas com as sanções previstas no § 6º e nos incisos III e IV, *caput*, do art. 20 deste Decreto.

Parágrafo único. A rescisão de que trata o *caput* deste artigo deverá ser efetivada no prazo de até 90 (noventa) dias da publicação da sanção quando a paralisação do fornecimento de bens ou da prestação de serviços, objeto da contratação, puder gerar prejuízos para a Administração ou para os administrados.

Art. 33 A autoridade competente enviará, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à aplicação da sanção, a relação dos fornecedores a serem inscritos no CADFILC, para o Departamento de Licitação e Departamento de Compras.

Art. 34 O saneamento integral da inadimplência contratual que deu origem à inclusão da pessoa física ou jurídica no CADFILC determinará a sua imediata exclusão dele e o restabelecimento do direito de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, observado o cumprimento do prazo da penalidade imposta com base no inciso III, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 No prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, será expedida Portaria com a designação dos membros da ‘Comissão de instrução dos procedimentos administrativos para aplicação de sanções administrativas aos fornecedores’, que será composta por:

I - 01 (um) presidente e seu suplente;

II - 02 (dois) membros e seus respectivos suplentes.

Art. 36 Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 04 de fevereiro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2368, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

“Dispõe sobre o enquadramento do Município de Monte Carmelo na onda amarela, segundo as diretrizes do Plano Minas Consciente.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 86, I, 'I', da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o Decreto 2256, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Monte Carmelo/MG, em razão de surto da doença respiratória COVID-19, e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2361, de 26 de janeiro de 2021, que *“Dispõe sobre proibição da realização de festas, eventos, confraternizações e reuniões, no período de 12 a 17 de fevereiro de 2021, em decorrência da doença infecciosa viral respiratória covid-19, causada pelo vírus sars-cov-2, em todo o território do município”*;

CONSIDERANDO o Decreto nº 2366, de 03 de janeiro de 2020, que *“Dispõe sobre a adoção de medidas complementares para o enfrentamento à COVID-19, no âmbito do Município de Monte Carmelo/MG”*;

CONSIDERANDO que o Município de Monte Carmelo aderiu ao Plano Minas Consciente do Governo do Estado, por meio do Decreto 2307, de 07 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que a macrorregião Triângulo do Norte regrediu para a onda vermelha do Plano Minas Consciente;

CONSIDERANDO que a microrregião Patrocínio/Monte Carmelo encontra-se na onda amarela do Plano Minas Consciente;

CONSIDERANDO que, segundo as orientações do Plano Minas Consciente, cabe ao Município realizar a tomada de decisão no sentido de seguir a micro ou a macrorregião, realizar as adequações nos normativos municipais referentes à onda em que ele deverá se enquadrar e informar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio de ofício;

CONSIDERANDO que, de acordo com a última atualização do Plano Minas Consciente, todas as atividades poderão funcionar durante a pandemia, mas, para garantir o distanciamento com o menor impacto econômico possível, algumas regras são variáveis, sendo mais ou menos restritivas, conforme o momento atual, ou conforme terminologia do Plano, segundo as ondas das regiões;

CONSIDERANDO que a onda amarela representa situação de alerta, que requer distanciamento moderado;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o enquadramento do Município de Monte Carmelo na onda amarela, segundo as diretrizes do Plano Minas Consciente, do Governo do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, o Município de Monte Carmelo seguirá a microrregião Patrocínio/Monte Carmelo.

Art. 2º As diretrizes do Plano Minas Consciente, de observância obrigatória, se agrupam em três pontos de atenção:

- I - limpeza e higienização: é necessária uma higiene adequada e regular das pessoas, dos ambientes e dos objetos, com a disponibilização obrigatória de álcool em gel 70% (setenta por cento);
- II - proteção e uso de máscara: o uso de máscara é obrigatório, com a finalidade de diminuir a chance de contaminação entre as pessoas;
- III - distanciamento e isolamento: constituem a forma mais efetiva de diminuir o contágio.

Art. 3º Para fins de distanciamento deverá ser observado o seguinte:

Distância linear	Metragem Referência	Tipo de Protocolo
1,5 m	4 m ²	Restritivo

1º No protocolo restritivo a que se refere o *caput*, devem ser adicionadas as seguintes regras:

- I - priorização do teletrabalho aos funcionários;
- II - proibição de autoatendimento pelo cliente, a exemplo do *self-service* e autosserviço, incluindo pães e similares;
- III - realização de atendimento somente mediante agendamento nas categorias de serviços e atendimentos pessoais;
- IV - realização de questionamento prévio ao cliente, preferencialmente ao telefone, quando for marcar o atendimento, sobre a eventual apresentação de sintomas respiratórios, se está em isolamento ou quarentena em decorrência da COVID-19 e, em caso positivo, não poderá ser atendido;
- V - aferição obrigatória de temperatura de funcionários, clientes e acompanhantes, com restrição de entrada em caso da temperatura superior a 37,5º.

§ 2º Os acompanhantes, independentemente da temperatura, também estarão sujeitos à restrição de entrada.

Art. 4º O limite de ocupação em hotéis e atrativos culturais e naturais é de 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade máxima.

Art. 5º Em eventos, quando permitidos, o limite absoluto é de 100 (cem) pessoas.

Art. 6º Poderão funcionar as aulas práticas de saúde e os cursos de graduação, pós-graduação, cursos técnicos e cursos livres.

Art. 7º Além das medidas estabelecidas neste Decreto, são de observância obrigatória os demais protocolos específicos do Plano Minas Consciente e as disposições contidas no Decreto Municipal nº 2361, de 26 de janeiro de 2021, e Decreto Municipal nº 2366, de 03 de janeiro de 2020.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 05 de fevereiro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 08/2021 NA FORMA: ELETRÔNICA. A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 17 de fevereiro de 2021, às 09:00 horas o Pregão nº 08/2021 – Modo de Disputa Aberto na Forma Eletrônica, tipo menor preço por item, tendo como objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamento

e Material Permanente, Móveis, Computadores e Acessórios, para atender as Necessidades das diversas Secretarias do Município de Monte Carmelo-MG. Com reserva de Itens para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Entrega das Propostas: a partir de 05/02/2021 no site www.licitanet.com.br. Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 17/02/2021 às 09h20min no site www.licitanet.com.br. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 03 de fevereiro de 2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 03/2021, FORMA: PRESENCIAL – PROCESSO Nº 05/2021. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Recarga de Gás de Cozinha, para atender às necessidades de diversos Setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 05/2021, modalidade Pregão SRP nº 03/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** Center Gás Água Mineral e Bebidas Ltda – ME, CNPJ: 04.675.588/0001-34. Data: 01/02/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 03/2021, FORMA: PRESENCIAL – PROCESSO 05/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 05/2021, modalidade Pregão SRP nº 03/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Center Gás Água Mineral e Bebidas Ltda – ME, CNPJ: 04.675.588/0001-34. **Data:** 01/02/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 03/2021, FORMA: PRESENCIAL - PROCESSO Nº 05/2021. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** Ata RP nº 32/2021: Center Gás Água Mineral e Bebidas Ltda – ME, CNPJ: 04.675.588/0001-34. **Valor Global:** R\$ 88.782,20. **Data:** 01/02/2021. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br